

Desenvolvimento de empreendimento econômico solidário

Um estudo sobre a cooperança – Maringá/PR

Maria Adélia Alves Sousa¹, Rosalina Lima Izepão², Mara Lucy Castilho³

Resumo Os empreendimentos de Economia Solidária têm crescido, no mundo e no Brasil, em razão do aumento da pobreza e das desigualdades, oriundas do Capitalismo que é fundamentalmente concentrador e excludente. A Cooperança, objeto deste artigo, é uma cooperativa de catadores e recicladores de lixo eletrônico do Município de Maringá, cujos cooperados encontraram na coleta e nos processos de reciclagens, meios de sobrevivência e de inclusão no mercado de trabalho, por meio dos princípios coletivistas. O objetivo foi verificar se a cooperativa tem se desenvolvido e apresentado crescimento e rentabilidade aos cooperados, desde a sua fundação até os dias atuais. Como resultado tem-se que a cooperativa vem contribuindo decisivamente para a melhoria de vida e renda dos cooperados.

Palavras-chave Economia Solidária; Cooperança; Coleta e reciclagem; Sucatas eletrônicas.

Abstract The solidarity economy has grown in the world and in Brazil, due the growing poverty and inequality, derived from Capitalism, fundamentally concentrator and exclusionary. The Cooperança, aim of this study, is a cooperative of gatherers and electronic waste recyclers in the city of Maringa, whose cooperators has found in the collection and recycling processes, livelihoods and inclusion in the labor market, through the collectivist principles. The objective was to verify if the cooperative has developed and presented, to its members, growth and profitability since its founding to the present day. As a result we have that the cooperative is contributing decisively to the improvement of living and income of cooperative members.

Keywords Solidary Economy; Cooperança; Collection and recycling; Electronic scrap.

Resumén Los proyectos de economía solidaria han crecido en el mundo y en Brasil, debido al aumento de la pobreza y la desigualdad, que surge de capitalismo es fundamentalmente concentrador y excluyente. El Cooperança, el tema de este artículo, es una cooperativa

1 Economista - Técnica do Núcleo/Incubadora Unitrabalho da Universidade Estadual de Maringá. E-mail maria.adelias@hotmail.com

2 Professora do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: rlizepao@uem.br

3 Professora do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: mlcastilho@uem.br.

de recolectores de residuos y recicladores de basura en la ciudad de Maringa, cuya colaboración que reina en los procesos de recogida y reciclado, medios de vida y la inclusión en el mercado laboral, a través de los principios colectivistas. El objetivo fue verificar si la cooperativa ha desarrollado y presentado a la cooperación para el crecimiento y la rentabilidad desde su fundación hasta la actualidad. Como resultado tenemos que la cooperativa está contribuyendo de manera decisiva a la mejora de vida y los ingresos de los miembros de la cooperativa.

Palabras clave Economía Solidaria.

Introdução

No atual estágio de acumulação de capital, o trabalho assalariado ainda continua predominante. Contudo, o crescimento econômico, acompanhado de políticas públicas direcionadas ao aumento do emprego e à redução das barreiras que inibem o acesso do trabalhador ao trabalho, é essencial em qualquer economia para que os postos de trabalho cresçam. No caso brasileiro, as crises econômicas e políticas vivenciadas atualmente vêm gerando alterações constantes no mercado de trabalho, afetando a quantidade e a qualidade do emprego gerado no país e, conseqüentemente, as condições de vida dos assalariados.

Neste contexto, a economia solidária tem se mostrado importante instrumento de geração de renda ao trabalhador desempregado, subempregado ou para segmentos de atividades ligados à agricultura familiar, por exemplo. Para Singer (2002), embora a economia solidária esteja inserida no sistema econômico capitalista, é, sem dúvida, uma forma de trabalho que respeita o cidadão trabalhador, inserindo-o no mercado de trabalho sob a ideia da solidariedade, em contraste ao individualismo competitivo que caracteriza a sociedade capitalista. Tratam-se de empreendimentos baseados na livre associação, no trabalho cooperativo e na autogestão.

Na macrorregião noroeste do estado do Paraná existem vários exemplos de empreendimentos econômicos solidários, entre os quais se destacam as cooperativas de trabalho e produção, que vêm se constituindo em canais de acesso ao trabalho e à renda para trabalhadores desempregados ou em subempregos. A Cooperança é um destes empreendimentos e os seus cooperados se ocupam da coleta e da reciclagem de sucatas eletrônicas.

O objetivo deste artigo é analisar a importância da Cooperativa de Catadores e Recicladores de Sucatas Eletrônicas (Cooperança), localizada

no município de Maringá – Paraná, enquanto instrumento de defesa dos seus cooperados contra a pobreza. O estudo pautou-se em dados obtidos por meio da pesquisa de campo, onde se utilizou um questionário impresso, contendo questões abertas e fechadas, aplicado aos cooperados, além de fontes bibliográficas.

1 A economia solidária

1.1 Aspectos histórico-conceituais

Atualmente, muito se discute sobre empreendedorismo social, economia solidária e outros modelos semelhantes existentes no Brasil e no mundo. A literatura científica, em geral, tem abordado o tema nas diversas áreas da Ciência, sob os mais variados aspectos. Muitos até confundem economia social com economia solidária. Mas, segundo Lechat, existem diferenças entre uma e outra. A origem etimológica da palavra solidariedade é uma deformação da palavra romana *solidum*, que significa a obrigação que pesava sobre os devedores quando cada um era responsável pelo todo, ou seja, *in solidum*. Assim, solidariedade significa dependência recíproca e, também, dever moral de assistência. É, portanto, diferente da caridade que compreende uma ação unilateral, pois solidariedade supõe, necessariamente, a reciprocidade. (LECHAT, 2010)

De acordo com Lechat:

Se a economia solidária é econômica e socialmente necessária, não é suficiente para definir a sociedade igualitária à qual aspira. Por outro lado, a economia social não parece estar em condições de trazer um remédio para o crescimento das desigualdades; mas define experiências de sociedades igualitárias e, sob este ângulo, aparece como o horizonte possível ou provável da economia solidária, uma forma de permitir aos “beneficiários” da solidariedade de assumirem sua economia de maneira voluntária e não dependente. (LECHAT, 2010, p. 09)

O termo solidariedade, segundo a autora, pode também ser definido como reciprocidade, lealdade e altruísmo, sendo que somente nos dois primeiros casos têm-se a dependência recíproca de fato, pois não se com-

prova a desigualdade entre os pares. A solidariedade só indica que, no momento de sua aplicação, há desigualdade de situação entre aquele que dá e aquele que recebe, mas não evidencia uma desigualdade intrínseca. Este é o sentido que se tem dado à economia solidária pela literatura brasileira. (LECHAT, 2010)

Ressalta-se, entretanto, que o modelo atual de economia solidária teve origem na economia social, que apresentou crescente expansão a partir do século XIX tanto por meio do chamado socialismo utópico, representado por Henri Comte de Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837), Simonde de Sismondi (1773-1842), Louis Blanc (1811-1882) e Robert Owen (1771-1858), quanto do socialismo cristão, cujo principal expoente é o inglês Charles Kingsley (1819-1875). Estes autores consideravam a economia de mercado defendida pelos economistas clássicos competitiva, injusta e prejudicial aos trabalhadores da época. (BRUE, 2005)

Outros pensadores também acreditavam que o socialismo poderia, algum dia, vir a prevalecer tendo, por base, os resultados de exemplos particulares bem sucedidos. Um destes autores foi William Godwin (1756-1836), que defendia a educação como instrumento de transformação social e, também, Joseph Proudhon (1809-1865), contestador da propriedade privada e que, a exemplo dos demais pensadores já mencionados, acreditava que graduais reformas poderiam levar a uma sociedade melhor para todos. (FEIJÓ, 2007)

Além da crítica em relação aos custos sociais gerados pelo avanço do capitalismo, alguns destes autores criticaram, também, a insensibilidade da Ciência Econômica por não incluir em seus debates as questões sociais. Portanto, a economia social é anterior à solidária e as mesmas não possuem conceitos e filosofias iguais. Mas, cada uma a seu modo, se preocupa com a população que é obrigada a produzir sua subsistência, subjugada pela lógica do capital. Laville apud Lechat define economia solidária como:

um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado. Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas cujo objetivo é o alcance de interesses individuais, a economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota

formas comunitárias de propriedade. Ela se distingue também da economia estatal que supõe uma autoridade central e formas de propriedade institucional. (LAVILLE, 1994, p. 211 apud LECHAT, 2010, p.07)

Diferente do que predomina na organização do trabalho e no assalariamento do trabalhador nas empresas, a economia solidária é uma forma de trabalho em que há a divisão das sobras de forma equitativa. Assim, embora nos dias atuais a maior parcela da produção mundial ocorra por meio do trabalho assalariado e de acordo com as regras impostas pelo capital, nos empreendimentos econômicos solidários a autogestão e a solidariedade são os seus pilares de sustentação. Trata-se de colocar o ser humano no centro do sistema e das relações produtivas, apesar destas estarem subordinadas ao funcionamento do capital (DUARTE, 2004).

Para o professor e economista Paul Singer, no capitalismo “a sociedade está cindida em dois campos distintos: o competitivo, que abrange parte das atividades econômicas, políticas, lúdicas etc.; e o solidário, que engloba em princípio as relações familiares, de vizinhança [...]” (SINGER, 2001, p.100). Para o autor, não é nada fácil migrar de um lado para o outro. A competição, que gera a concentração do capital produz contradições que tornam difíceis, até para os detentores do capital, a retroalimentação do processo.

No entanto, segundo Singer, a posse do capital garante a manutenção dos detentores do capital no processo competitivo, que se renova de forma dinâmica e contínua. O mesmo não ocorre com o pobre, restando-lhe, portanto, a solidariedade, já que é excluído da possibilidade de participar da dinâmica competitiva, sob a égide do capital. Para o autor, esta solidariedade muito presente na população pobre advém das carências geradas pela própria pobreza, que por sua vez é decorrente da falta de oportunidades de participação dos resultados econômicos oriundos do processo de produção e de distribuição de riqueza vigente. (SINGER, 2001)

O autor cita como exemplo desta solidariedade a reação dos artesãos e camponeses ao seu empobrecimento crescente, após a I Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra, em 1750 e, posteriormente, às reações da população francesa após a Revolução ocorrida em 1789. Neste contexto, Singer destaca a importância do britânico Robert Owen e sua iniciativa de propor a construção de aldeias cooperativas, usando o capital advindo dos fundos de sustento aos pobres. Nestas aldeias, segundo Owen, poderiam morar até 1.200 pessoas trabalhando a terra e, em indústrias, para

produzir a subsistência de todos. A ideia era, ao longo do tempo, retirar os pobres da tutela dos fundos de sustento e, ao mesmo tempo, criar um sistema social que abolisse a empresa lucrativa capitalista. (SINGER, 2002)

O autor entende que, embora Owen não tenha obtido sucesso com sua proposta, o movimento das cooperativas owenistas permaneceu ativo. Segundo Cole (1944 apud Singer, 2002), em 1828 já existiam 70 (setenta) cooperativas e, em 1830, esse número aumentou para 300 (trezentas). O movimento owenista misturou-se com o movimento sindical e cooperativo da classe trabalhadora, onde os trabalhadores não só reivindicavam melhores salários e condições de trabalho, mas também a eliminação do assalariamento e a sua substituição pela autogestão. Singer chamou esta fase inicial da economia solidária de “cooperativismo revolucionário”, movimento que nunca mais se repetiria tão nitidamente até os anos 70, do século XX. (SINGER, 2002)

A partir de 1975, quando ocorreu o retorno do desemprego em massa no âmbito mundial, a economia solidária passou a ser reinventada. Segundo Singer (1998), tratava-se de um novo modelo de economia, em suas variadas formas de atuação, que visava a inserir no mercado, grande parcela de trabalhadores excluídos do sistema econômico capitalista. Assim, a economia solidária caracteriza-se por uma rede bastante diversificada de empreendimentos, em que se destacavam desde as associações e cooperativas de trabalho, produção e serviços até as empresas de autogestão e as semifamiliares nas quais a solidariedade é o princípio norteador das relações econômicas. (SINGER, 2002)

No Brasil fazem parte desta rede tanto a população excluída e, em vulnerabilidade social, quanto o conjunto de setores da sociedade, comprometidos com os valores solidários e que atuam em diferentes áreas, a exemplo das universidades públicas, sindicatos e organizações não-governamentais (ONGs) que defendem novas alternativas de geração de emprego e renda. O que se busca, por meios dos empreendimentos econômicos solidários é a sobrevivência a partir de um modo organização do trabalho, cuja estruturação, diferente do modo de produção predominante, segue os princípios coletivistas da solidariedade, apresentando-se não apenas como uma simples alternativa ao desemprego, mas também como forma de obtenção de autonomia e respeito ao trabalhador.

A economia solidária é praticada no Brasil e em muitos outros países, como afirma Culti (2011). Para a autora, embora com outros nomes e significados variados, estas práticas têm em comum a ideia da solidariedade,

em contraste ao individualismo competitivo que caracteriza a sociedade capitalista. Fazem parte desta modalidade de economia empreendimentos baseados na livre associação, no trabalho cooperativo e na autogestão. Caracterizam-se por organizações de produtores, consumidores e de créditos, que se diferenciam por estimular e praticar a solidariedade entre os membros e a autogestão de seus empreendimentos. A cooperativa é a forma clássica de empreendimento da economia solidária e a ela também se aplicam as regras da autogestão.

Observa-se, portanto, que a economia solidária caracteriza-se por outra lógica de se produzir, comercializar e consumir, em que a qualidade e o desenvolvimento da vida humana ocupam sua centralidade. Por meio dela, toda produção de recursos, gerados pelo trabalho coletivo, é dividido de forma equitativa entre o grupo, o que além de contribuir para a sobrevivência, produz valores solidários que levam à inclusão social e à valorizando das relações produtivas. De acordo com Andrade (2004 apud GAIGER, 2009), a autogestão induz o trabalhador a uma maior participação política na esfera pública, ampliando suas competências para a participação democrática e cidadã. Ademais, existe a possibilidade de articulação positiva dos empreendimentos econômicos solidários com o entorno marcado por relações de mercado tipicamente capitalistas. Neste caso, a economia solidária seria capaz de mobilizar, ao mesmo tempo, recursos monetários e reciprocidade, religando o econômico ao social.

Ainda para Andrade (2004 apud GAIGER, 2009), a economia solidária pressupõe um pluralismo de mercado, capaz de abrigar os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no interior do mercado capitalista mais amplo, por meio do reforço das capacidades de articulação destes EES na esfera política, em seus diversos níveis. O que implica dizer que o trabalho organizado nos EES vai além da esfera puramente econômica articulando o político e o social, a solidariedade e os vínculos de reciprocidade à atividade produtiva e de distribuição dos bens produzidos.

1.2 O cooperativismo solidário no Brasil

O cooperativismo é o principal antecedente da economia solidária e também a forma clássica de organização dos seus empreendimentos. A ideia do cooperativismo surgiu em *Rochdale*, na Inglaterra, em 21 de dezembro de 1844, quando um grupo de tecelões criou um armazém, onde

todos eram proprietários e podiam adquirir alimentos de qualidade a preços menores que os praticados no mercado. O objetivo do grupo era sobreviver sob a orientação dos princípios oriundos da Revolução Francesa de igualdade, justiça e liberdade. Assim, os cooperados de *Rochdale* abriram caminho para um movimento que logo se espalhou pela Europa e pelo mundo (BRASIL, 2006).

O primeiro registro de criação de uma cooperativa no Brasil data de 1889, com a implantação em Ouro Preto, Minas Gerais, da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos. Portanto, assim como os tecelões de *Rochdale*, os precursores brasileiros foram cooperados de consumo. A Sociedade Cooperativa oferecia produtos diversificados que variavam desde gêneros alimentícios até produtos para residências e crédito. A partir desta sociedade mineira, outras organizações foram surgindo pelo Brasil. Inicialmente, a maior parcela das cooperativas foi formada por funcionários públicos, militares, profissionais liberais e operários que, juntos, buscavam atender melhor suas necessidades. As demais cooperativas criadas vinculavam-se a empresas, as quais estimulavam a cooperação entre os funcionários, principalmente as do Estado de São Paulo (BRASIL, 2006).

Ainda no século XIX, surgiram também as cooperativas agropecuárias. A primeira registrada foi a *Società Cooperativa delle Convenzioni Agricoli*, fundada no Rio Grande do Sul, em 1892. A partir de então, esse segmento se desenvolveu com vigor no sul do País, estimulado por imigrantes europeus e asiáticos, que traziam dos seus continentes o conhecimento da doutrina e buscavam a união para amenizar as dificuldades de começar vida nova no Brasil. O ramo mais antigo de cooperativa, ainda em funcionamento no Brasil, é do setor de crédito, onde se destaca o Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), fundado em 1902. Esta cooperativa, idealizada pelo padre jesuíta suíço Theodor Amstad, grande conhecedor do sistema cooperativo europeu, foi formada inicialmente por colonos de origem alemã no município de Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul. Portanto, o cooperativismo começou a se delinear no Brasil influenciado pela religiosidade e pelo pensamento político dos imigrantes (BRASIL, 2006).

Em 2005 já existiam no Brasil 6,8 milhões de cooperados, somando quase 200 mil empregos diretos, em 7.500 cooperativas, que estavam presentes em 31% dos municípios brasileiros, conforme dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Em 2010, o número de coopera-

dos cresceu para 9 milhões, presentes em todos os estados da Federação. Estas cooperativas estão divididas em 13 setores da economia. A OCB estabeleceu os ramos do cooperativismo baseando-se nas diferentes áreas em que o movimento atua. As atuais denominações dos ramos são: agropecuário, crédito, trabalho, transporte, saúde, educacional, habitacional, infraestrutura, produção, consumo, mineral, turismo e lazer e especial. (OCB, 2010)

Na definição de Sandroni (1996), cooperativa é um sistema organizacional formado e dirigido por uma associação de usuários, que se reúnem em igualdade de direitos, com o objetivo de desenvolver uma atividade econômica ou prestar serviços comuns, eliminando os intermediários. Os sete princípios do cooperativismo são: adesão voluntária e livre; gestão democrática e livre; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade.

A cooperativa no Brasil compreende uma sociedade de indivíduos e não de capital. Para a sua constituição são necessárias no mínimo 20 pessoas físicas, que se associem livremente e atuem em benefício de todos. O cooperado é, ao mesmo tempo, dono e usuário. O controle da entidade é democrático e deliberado nas assembleias. Para as decisões, cada associado tem direito a um voto, independentemente do capital que possua junto à entidade, enquanto nas empresas mercantis o peso do voto depende da posse de ações. A cooperativa também não permite a transferência de quotas-partes a terceiros; os sócios de uma empresa, por sua vez, podem vender suas ações. Assim, a cooperativa é uma associação, mas, ao mesmo tempo, tem particularidades em relação às associações definidas no Código Civil Brasileiro. A cooperativa tem uma legislação própria e uma estrutura diferenciada com conselho fiscal, conselho administrativo e estatuto social. (OCD, 2010)

A primeira lei brasileira do cooperativismo é a de nº 5.764, de 16/12/1971. Nela é detalhada a classificação, a constituição e o funcionamento das sociedades cooperativas. Foi esta lei que permitiu a organização do setor, possibilitando a criação de entidades estaduais ligadas à OCB e estimulando a sua modernização. A intervenção governamental foi mantida. Em 1982, a responsabilidade do Governo Federal pelas atividades ligadas ao cooperativismo e ao associativismo foi transferida por meio da Lei nº 7.231, sendo criada, também, a Secretaria Nacional de Cooperativismo (Senacoop), pelo Decreto nº 90.393, de 30 de outubro de 1984.

A cooperativa Cooperacção, objeto deste estudo, assim como as demais cooperativas formadas por catadores de recicláveis, é definida como cooperativa de trabalho. Além de ser fonte geradora de trabalho e renda de forma igualitária, este tipo de cooperativa contribui para o respeito às questões ambientais, tendo indispensável missão no redirecionamento do lixo para sua reutilização.

As cooperativas de trabalho possuem, desde 19 de julho de 2012, uma legislação específica, a Lei de nº 12.690, a qual define que as mesmas devem ser criadas e formadas por profissionais autônomos, que exerçam a mesma profissão. No seu artigo 6º, estabelece que a cooperativa de trabalho poderá ser constituída por, no mínimo, sete cooperados, possibilitando assim a formalização da Cooperacção, a qual possui doze cooperados.

A catação é um dos processos de reaproveitamento do lixo mais antigo no Brasil. Porém, foi no final dos anos 1980 que esta atividade ganhou maior importância, movimentando grandes quantias de dinheiro e dando destaque ao país, mundialmente. Por ser uma atividade recente, somente a partir dos anos 1990 é que a população passou tomar consciência da importância do profissional catador, do reaproveitamento e dos benefícios auferidos para a sociedade, a economia e a natureza (RODRIGUES e CAVINATTO, 1997). É na Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305/2010, que se encontram os instrumentos importantes para o enfrentamento, no Brasil, dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos.

A Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS) visa à prevenção e à redução na geração de resíduos, por meio de propostas direcionadas à prática de hábitos de consumo sustentável, além de apresentar um conjunto de instrumentos que objetivam propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos. Isto é, daquilo que tem valor econômico e pode ser reciclado ou reaproveitado, bem como a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos, ou seja, daquilo que não pode ser reciclado ou reutilizado. (BRASIL, 2010)

2 a cooperacção – cooperativa de materiais recicláveis dos conjuntos João de Barro e Santa Felicidade, Maringá-PR

2.1 O município de Maringá e o cooperativismo solidário

Maringá se destaca entre os municípios paranaenses, por seu alto índice de desenvolvimento humano, em torno de 0,860 e por ser polo da Região Metropolitana de Maringá (RMM). Instalado em 14/12/1952, o município conta atualmente com 403.063 habitantes, dos quais 97,48% residem na área urbana e 2,52% na rural. A sua taxa de desemprego é de aproximadamente 5,7%, possuindo até o início dos anos 2000 uma parcela da população que sobrevivia da coleta do lixo mantido a “céu aberto” pela prefeitura. No local, conhecido como Lixão, algumas pessoas retiravam, em condições desumanas, o seu sustento e o de sua família.

Em 2001, por meio do esforço conjunto entre a Prefeitura de Maringá e a UEM – Universidade Estadual de Maringá, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e a Unitrabalho, respectivamente, criou-se a Coopermaringá, uma cooperativa de catadores de recicláveis, tendo como cooperados, os catadores de lixo do conhecido Lixão. Em 2011 foi criado o Fórum Intermunicipal Lixo e Cidadania, congregando Maringá e, também, os municípios conturbados de Sarandi e Paiçandu. Do Fórum participavam representantes da sociedade civil, da Igreja Católica, das prefeituras dos municípios envolvidos, do Ministério Público e da UEM, por meio da Unitrabalho. O objetivo deste Fórum era possibilitar a melhoria das condições de vida dos recicladores, por meio da criação de instrumentos de geração de emprego e da renda. (BORGES, NASCIMENTO, ESCARANTE et al, 2014)

Antes, em 2010, foi sancionada a Lei Municipal nº 9.615, que criava nova regulamentação ao Programa de Coleta Seletiva, visando à inclusão social e econômica dos catadores de recicláveis – Pró-Catador, com base na Lei Federal 12.305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A partir da Lei Municipal Pró-Catador foi formado o Conselho Gestor que, além de ser órgão deliberativo, fiscalizador e consultivo, propunha:

[...] regular as ações de inserção social e econômica, a geração de trabalho e renda e a promoção de cidadania para os catadores e cooperativas /associações de reciclagem e também atribui uma série de deveres ao Município para com as cooperativas e associações autogestionárias de materiais recicláveis, dentre os quais estão a aquisição de equipamentos, máquinas e veículos vol-

tados para a cadeia seletiva, bem como a implantação e adaptação da infraestrutura física das cooperativas e associações de catadores de recicláveis e reutilizáveis e a promoção de educação ambiental e política [...]. (BORGES, NASCIMENTO, ESCARANTE et al, 2014)

O Núcleo/Incubadora Unitrabalho – UEM, fundado em 29/10/1998, realiza o processo de Incubação Social Interdisciplinar dos empreendimentos solidários da região, orientando-os e capacitando-os tecnicamente para a autogestão e autonomia. Entre os empreendimentos que passaram pelo processo de incubação na Unitrabalho tem-se: Coopermaringá, Coopernorte, Cooperambiental, Coopercicla, Coopervidros, Cooperpalmeiras e a Cooperanção, objeto deste estudo. Todas dedicadas às atividades de coleta e reciclagem.

2.2 A cooperanção

A Cooperativa de Materiais Recicláveis (Cooperanção) dos Conjuntos João de Barro e Santa Felicidade está localizada na Rua Gertrude Heck Fritzen, nº 5769, em Maringá. Criado em 2005, este empreendimento consiste em uma cooperativa de coleta e reciclagem de sucatas eletrônicas e possui atualmente 12 (doze) cooperados. O objetivo da sua criação foi atender o grupo de carrinheiros e catadores de lixo que trabalhavam em Maringá, excluídos dos seus direitos mais elementares e em situação de risco nas ruas da cidade. Desde sua fundação, contou com a incubação do Núcleo Incubadora Unitrabalho da Universidade Estadual de Maringá, elemento fundamental para a sua organização e formalização. Atualmente funciona de maneira autônoma.

O espaço ocupado pela Cooperanção é um terreno de 487m² e 200m² de área construída, contendo dois banheiros, feminino e masculino, uma cozinha, um refeitório e um escritório. O espaço físico é suficiente para o desenvolvimento das atividades de produção da Cooperativa, entretanto não possui a capacidade de armazenamento necessária aos materiais mais difíceis de comercialização, portanto o tamanho do local destinado a esta função não é satisfatório.

A cooperativa possui, ainda, os equipamentos básicos necessários para as suas atividades atuais. São eles: uma paleteira, um carrinho de carga, uma balança, ferramentas para desmontagem dos materiais (chave de fen-

da, alicate e martelo) e os equipamentos de proteção individual para cada cooperado (luvas, óculos, botas e uniforme). O uso dos equipamentos de proteção é obrigatório e todos na Cooperativa usam. Embora acidentes tenham ocorrido, nenhum apresentou gravidade graças ao uso constante de tais equipamentos.

A princípio, essa cooperativa trabalhava com material reciclável comum, em um galpão cedido pelo Governo Federal especificamente para o trabalho de reciclagem de resíduos sólidos. Em 2011, a Prefeitura do Município de Maringá fez um contrato de serviços com a cooperativa, e os cooperados passaram a trabalhar com sucatas eletrônicas e a Cooperativa a receber o valor bruto de R\$5.000,00 (cinco mil reais) por mês para auxílio nas despesas e em outras necessidades. .

Para iniciar as atividades com sucatas eletrônicas, os cooperados receberam o treinamento, durante um mês, sobre como separar o material eletrônico. Esse treinamento foi realizado pela empresa Nova Fênix e, em contrapartida, a cooperativa venderia seu material apenas para Nova Fênix durante um ano. Assim, a comercialização do lixo eletrônico teve início em dezembro de 2011, tendo então, um único comprador, a empresa Nova Fênix, até dezembro de 2012. Após essa data, a cooperativa passou a atender e buscar outros compradores e mercados, possibilitando a obtenção de melhores preços e a ampliação da demanda por outros materiais. Atualmente a cooperativa tem em média 5 (cinco) compradores mais frequentes.

Na cooperativa existe a divisão de funções: coleta, descarga, separação, desmontagem, armazenamento, limpeza e comercialização. Uma cooperada é fixamente responsável pela limpeza. Para a coleta há uma escala, da qual todos participam. Na desmontagem, cada cooperado tem sua especialidade: a primeira desmontagem, o trabalho com cobre, o trabalho com fio e o trabalho com alumínio, metal e inox. A coleta é feita por um veículo cedido pela Prefeitura do Município de Maringá, assim como o motorista. Embora seja vantajosa por minorar os custos da cooperativa, essa cessão também apresenta desvantagens, pois há momentos em que a ausência do motorista, por motivos diversos, compromete o trabalho e a cooperativa fica sem coletar. Outra desvantagem é não poder realizar coletas aos sábados, domingos e feriados. Excetuando-se tais eventualidades, existe coleta todos os dias, nos pontos pré-determinados e nos locais solicitados. Os pontos de coleta se localizam atualmente no Senai, Tiro de Guerra, SESC, 4º Batalhão, Colégio Paraná, Rotary Club da Cerro

Azul, Câmara Municipal, Prefeitura Municipal, Sanepar e Supermercados Cidade Canção (Maringá Velho, Avenida Brasil, Praça Rocha Pombo), todos no município de Maringá. Além desses pontos, é possível agendar coleta pelo telefone da cooperativa (44) 3255-1171.

A cooperacão atende prioritariamente a cidade de Maringá, porém, já foram feitas campanhas de recolhimento de material eletrônico em cidades vizinhas, como Mandaguari e Paiçandu, por exemplo. Contudo, nessas situações a Prefeitura de Maringá não cede o veículo para coleta, logo a Cooperativa é quem deve providenciar e arcar com os custos do transporte. Quanto aos rejeitos da Cooperativa, estes são retirados pela Prefeitura de Maringá uma vez ao mês, frequência suficiente já que o trabalho com a sucata eletrônica produz menos rejeitos que a reciclagem do lixo comum.

No que se refere à comercialização, existe um material que a cooperativa tem mais dificuldade para comercializar, o plástico PS, PSC (poliestirenos), e ABS (Acrilonitrila Butadieno Estireno), que são os plásticos das carcaças de televisão, monitores, teclados, entre outros. A problemática deste material é que além de haver poucos compradores e seu preço é baixo e o armazenamento desse material ocupa muito espaço, o que reduz o local de produção da Cooperativa, conforme se pode observar por meio da figura 01.



Figura 1. Acúmulo do plástico OS, PSC e ABS na área interna da cooperativa.

Outros materiais considerados problemas são os televisores e monitores tipo tubo porque ocupam muito espaço para armazenar e, para dar um bom retorno financeiro, é necessário abri-los, o que só é possível com uma máquina específica que a Cooperativa não possui. Recentemente, os cooperados encontraram um comprador destes produtos em Rio Claro -

SP, para quem poderão vender, porém o frete ficará a cargo da Cooperativa. A primeira venda ainda não aconteceu, já que a Cooperativa precisa acumular uma grande quantidade para completar um caminhão.

Então, em termos de gestão, a Cooperança ainda apresenta muito espaço para crescimento, terá que encontrar caminhos para se livrar da dependência da Prefeitura do Município de Maringá e, também, conseguir mais recursos financeiros para poder promover políticas de ampliação do seu espaço de atuação e de comercialização, além da aquisição de máquinas e equipamentos necessários para o crescimento do empreendimento.

Atualmente a Cooperança possui 12 (doze) cooperados, sendo que um deles está afastado há quase um ano devido a problemas de saúde. Nesse caso, o cooperado não recebe o rateio das horas trabalhadas, já que não produziu, porém, enquanto apresentar os devidos atestados, receberá parte da divisão do repasse da Prefeitura de Maringá referente aos R\$5.000,00, já mencionados anteriormente. A Cooperativa encontra-se completamente legalizada junto aos órgãos competentes, possuindo alvará de licença da Prefeitura, licenças ambientais, sanitárias e dos bombeiros. A contabilidade para recolhimento dos impostos é feita por um escritório especializado, pago pela Cooperativa. Internamente, além da documentação mencionada, os cooperados mantêm as suas assembleias e atas rigorosamente atualizadas.

Quanto às relações de trabalho, a jornada de trabalho na Cooperativa é de segunda a sexta-feira, das oito às doze horas, com uma hora e meia de almoço, retornando às atividades às treze e trinta e encerrando as atividades às dezessete horas. Os cooperados não possuem benefícios do tipo cestas básicas, plano médico, plano odontológico, creche, FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ou 13º salário. Porém, começaram a pagar o INSS desde o final do ano de 2013, por meio da cooperativa, como catadores, pagando todo mês o valor proporcional a um salário mínimo. Existe um projeto na cooperativa de implantação do 13º salário, mas ainda não há meios concretos para alcançar esse objetivo. O mais próximo disso é a confraternização que a cooperativa faz todo final de ano para os cooperados e suas famílias.

A receita da Cooperativa acontece de duas formas. A primeira vem da prestação de serviços para a Prefeitura de Maringá, em que por meio de um contrato, a cooperativa recebe o valor de R\$5.000,00 mensais. Deste valor são descontados o IRRF e o ISS direto da fonte e após o recebimento é pago o Cofins, PIS, CSLL e IRPJ. Em 2015, o valor mensal líquido recebi-

do pela cooperativa foi de R\$4.183,50. Este valor a cooperativa tem usado para pagar o INSS dos cooperados e o restante é dividido igualmente entre todos os ativos. A outra forma de receita é a comercialização de seus materiais. Os materiais que mais geram renda para a cooperativa são os HDs e monitores LCD, devido à grande quantidade coletada e ao cobre (encontrado em motores em geral), devido ao seu alto valor de mercado.

A Cooperanção vende seus materiais para atravessadores, compradores que fazem a intermediação entre as cooperativas e a indústria transformadora, assim como a maioria das cooperativas da região. A venda para atravessadores, ao invés da venda direta para a indústria, causa uma queda considerável nos preços e, portanto, na renda dos cooperados. A dificuldade em vender para a indústria está na pequena quantidade de material coletado e na distância das indústrias interessadas, pois, geralmente, a viagem não compensa a compra para a indústria e a cooperativa não tem condições de entregar o material.

Embora haja algumas dificuldades na comercialização, pode-se observar por meio da Tabela 1 que a receita da cooperativa vem aumentando desde que começaram a trabalhar com sucatas eletrônicas e prestar serviços à Prefeitura de Maringá. Os valores abaixo não incluem o repasse da Prefeitura, pois esse valor é contabilizado à parte, conforme já explicado anteriormente. Contabilizados os valores com o repasse da prefeitura em 2015, somar-se-iam R\$7.811,79 mais R\$5.000,00, totalizando R\$12.811,79.

Tabela 1. Receita Bruta Média Anual da Cooperanção de 2012 a 2015.

Média anual	2012	2013	2014	2015
Receita	R\$ 5691,68	R\$ 6578,65	R\$ 7898,57	R\$ 7811,79

Fonte: Cooperanção, 2015.

Vale ressaltar algumas situações significativas para analisar as receitas da cooperativa. Em 2012 foi feita uma campanha de coleta de sucatas eletrônicas em toda cidade de Maringá, promovida pela Prefeitura, que gerou uma receita de R\$11.094,00 em agosto daquele ano, o que equivale a quase o dobro da receita média. Essas campanhas são muito importantes, pois divulgam a Cooperativa e a reciclagem em geral. Sabendo disso, a Cooperativa, em 2015, criou uma página no *facebook* para divulgar suas atividades e mandou fazer panfletos de divulgação para distribuir pela cidade. O intuito foi divulgar a Cooperativa e conscientizar a população sobre a importância da reciclagem das sucatas eletrônicas.

Em 2015, percebeu-se uma queda geral nos preços pagos pelos materiais recicláveis, não só o material eletrônico, mas todos os materiais na região. O que explica a queda da receita neste ano. A Tabela 2 mostra a despesa média anual entre 2012 e 2015, da Cooperanção.

Tabela 2. Despesa Média Anual da Cooperanção de 2012 à 2015.

Média anual	2012	2013	2014	2015
Despesas	R\$ 699,87	R\$ 811,81	R\$ 968,65	R\$ 1083,36

Fonte: Cooperanção, 2015.

Por meio da Tabela 2 é possível observar que as despesas médias da cooperativa, evoluíram no período analisado. As despesas fixas que a cooperativa possuía mensalmente eram com energia elétrica, água, escritório de contabilidade, serviços de segurança e produtos de limpeza. Ocasionalmente a cooperativa teve despesas com documentações e atas. Os gastos com impostos sobre o repasse da Prefeitura do Município não estão inclusos nessas despesas, pois esses valores são contabilizados a parte. A Tabela 3 mostra a renda mensal dos cooperados no período de 2012 a 2015, bem como o número de cooperados.

A renda média apresentada é a renda total recebida pelos cooperados, considerando o valor do rateio das vendas e a divisão do repasse da Prefeitura. Pode-se perceber que o aumento na renda foi maior que o aumento na receita da cooperativa, isso se deu devido ao aumento do valor que cada cooperado recebeu na divisão do repasse da prefeitura, já que, como pode-se observar, o número de cooperados diminuiu durante o período.

Tabela 3. Número de Cooperados e Renda Média de 2012 a 2015.

Média anual	2012	2013	2014	2015
Nº de cooperados	17	14	10	11
Pagamento	R\$ 569,23	R\$ 762,13	R\$ 1123,81	R\$1024,47

Fonte: Cooperanção, 2015.

A queda na renda, em 2015, é explicada pelo pequeno aumento no número de cooperados, pela pequena queda na receita da cooperativa e pelo crescimento nas despesas. Ainda assim, nota-se um movimento crescente na renda dos cooperados, conjuntamente analisando. Se analisarmos apenas os valores do rateio das vendas, demonstrado na Tabela 4, vemos que o movimento crescente também ocorre.

Tabela 4. Média Anual da Renda – rateio das vendas.

Média anual	2012	2013	2014	2015
Renda (rateio das vendas)	R\$ 318,73	R\$ 431,36	R\$ 693,46	R\$ 624,61

Fonte: Cooperacão, 2015.

Os valores médios da renda total recebida mensalmente pelos cooperados, se comparados ao salário mínimo da região pago aos trabalhadores empregados em serviços, nos revela que em 2014, a cooperativa trouxe um retorno maior do que um salário mínimo para os cooperados, e, em 2015, quase se equiparou.

Tabela 5. Média Anual de Salários, Comparados ao Salário Mínimo Regional.

Média anual	2012	2013	2014	2015
Salário Mínimo	R\$ 811,80	R\$ 914,82	R\$ 983,40	R\$ 1070,33
Pagamento	R\$ 569,23	R\$ 762,13	R\$ 1123,81	R\$1024,47

Fonte: Cooperacão, 2015.

Outro apontamento acerca da evolução da cooperativa é a comparação da renda total obtida pelos cooperados no período antes do contrato com a prefeitura (2006 – 2011) e o período após o contrato (2012 – 2015). Os dados dos anos de 2010 e 2011 foram obtidos nos arquivos da cooperativa e os dados dos anos anteriores foram obtidos em Culti (2011).

Tabela 6. Pagamentos – Médias Anuais.

Média anual	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Pagamento total	R\$ 182,23	R\$ 148,00	R\$ 349,93	R\$ 160,49	R\$ 254,65	R\$ 242,59

Fonte: Cooperacão, 2015 e Culti (2011)

A renda média na cooperativa nos anos anteriores ao contrato com a Prefeitura não alcançava os R\$300,00 (trezentos reais), com exceção de 2008, e se mantinha sempre nessa faixa dos R\$200,00 (duzentos reais). Após o apoio da Prefeitura e a mudança no material de trabalho, a cooperativa alcançou um índice positivo de crescimento.

A pesquisa de campo evidencia o perfil dos cooperados da Cooperacão. O questionário foi aplicado a cada um dos onze cooperados ativos da cooperativa. Já foi mostrado anteriormente que os eles têm uma renda mensal pequena, se comparada ao custo de vida da população no muni-

cípio de Maringá, mas que, apesar disto, a Cooperativa é uma importante fonte de trabalho e de renda para a população por ela atendida. O Quadro 1 mostra o perfil destes cooperados no que se refere a sexo, idade, escolaridade e tempo na cooperativa.

Quadro 1. Perfil dos Cooperados da Cooperanção

Perfil do cooperado da Cooperanção – Maringá				
Sexo	Masculino		Feminino	
	2		9	
Idade	18-20	20-40	40-50	60 ou mais
	2	-	7	2
Escolaridade	1º grau incompleto	1º grau completo	1º grau incompleto	1º grau completo
	2	-	9	-
Tempo na cooperativa	Até 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 ou mais
	2	-	4	5

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base na pesquisa de campo.

Os cooperados foram questionados sobre as ocupações anteriores e os motivos que os levaram até a cooperativa. Das ocupações anteriores, 4 (quatro) deles já trabalhavam com reciclagem, 3 (três) eram empregadas domésticas, 2 (dois) trabalhavam no comércio de Maringá, 1 (um) trabalhava na construção civil e 1 (uma) era dona de casa e viu na cooperativa a oportunidade de se colocar no mercado de trabalho e auxiliar na renda da família.

Dos motivos que os levaram a trabalhar na cooperativa, 1 (um) deles alegou que foi devido à idade, considerada avançada para trabalho na construção civil, 2 (duas) afirmaram que foram para a cooperativa após o fechamento do Lixão. Outros motivos citados foram o trabalho tranquilo, o fato de morar perto, não ter patrão e, principalmente, ter liberdade de horário. Outros 3 (três) relataram que têm filhos que precisam de maior atenção em virtude da deficiência, hiperatividade ou uso de drogas, por isso a flexibilidade de horário é muito importante.

Com informações adicionais de identificação dos cooperados, podem-se traçar os perfis mais comuns na cooperativa. O primeiro perfil identificado refere-se a dois cooperados do sexo masculino, que entraram mais recentemente na cooperativa, jovens de 18 a 20 anos, que são filhos de cooperadas e não possuem o primeiro grau completo. Nesse caso, para

eles a cooperativa é um espaço temporário até conseguirem um emprego melhor, fazer alguma capacitação e estudar.

O segundo perfil engloba a maioria dos cooperados. Pessoas, na grande maioria mulheres, com mais de 40 anos, que não possuem formação acadêmica, pois todas possuem o primeiro grau incompleto, e que já estão há muito tempo na cooperativa. São pessoas que, aparentemente, apresentam dificuldade de entrar no mercado de trabalho devido à idade e à falta de formação.

A segunda parte do questionário se referia a mudanças na qualidade de vida, medidas por aquisições e nível de educação, que ocorreram na vida dos cooperados depois que passaram a fazer parte da Cooperança. Quando perguntados sobre as melhorias que alcançaram trabalhando na cooperativa, em relação a moradia, 2 (dois) cooperados quitaram uma casa, 2 (dois) estão pagando um financiamento com a renda da cooperativa e 1 (um) deixou de morar de favor e alugou uma casa para morar com sua família.

Sobre aquisição de meios de transporte, apenas um deles disse ter quitado uma moto. Sobre aquisição de móveis e eletrônicos: 1 (um) relatou que não adquiriu nada no período, 5 (cinco) deles adquiriram um ou dois itens (principalmente TV e celular), 2 (duas) adquiriram quatro itens (ambas máquina de lavar, geladeira e TV) e 3 (três) cooperadas afirmaram que tudo o que possuem atualmente veio da renda da cooperativa.

Em relação a melhorias na educação e na vida da família, apenas 2 (duas) cooperadas relataram que seus filhos fizeram curso de capacitação. Quando perguntados sobre viagens/lazer, apenas 1 (uma) respondeu que pôde fazer uma viagem à praia, os outros entrevistados disseram que não fizeram e que não têm interesse em viagens.

Sobre os auxílios e programas oferecidos pelo Governo Federal, como os programas Bolsa-Família e Minha Casa Minha Vida, 3 (três) dos cooperados recebem Bolsa-Família em suas casas, 5 (cinco) já receberam, 2 (dois) foram excluídos do Programa porque os filhos não estão frequentando a escola e 3 (três) nunca receberam. Dos onze cooperados, 4 (quatro) participaram/participam do programa Minha Casa Minha Vida, sendo que 2 (dois) deles já quitaram a dívida.

A Cooperança foi incubada desde sua fundação pelo Núcleo Incubadora Unitrabalho – UEM. A Incubadora, desde 2001, estava envolvida na criação das cooperativas de reciclagem em Maringá e região, pois devido a uma ação judicial que exigia a retirada dos trabalhadores do “Lixão”, a

Secretaria Municipal do Meio Ambiente organizou o projeto de ação, já mencionado, e solicitou seu apoio. Embora a Cooperativa tenha autonomia, a Unitrabalho - UEM continua acompanhando-a, auxiliando na área financeira, contábil, legal e de capacitação. Acompanha o fechamento de caixa mensal, as assembleias, reuniões, preenchimento de atas, além de capacitação na área de cooperativismo e Economia Solidária. O Instituto Lixo e Cidadania de Maringá também apoia a Cooperativa, como espaço de discussão da gestão de resíduos e inclusão social dos catadores e separadores (CULTI, 2011). A faculdade Unifamma também já realizou trabalhos com a cooperativa oferecendo dinâmicas de grupo, organização do espaço de trabalho e segurança no trabalho.

A Cooperanção mostra-se cumprindo os princípios do cooperativismo, quando suas decisões são deliberadas em assembleias, em que cada cooperado possui voz e voto, além de possuir um Conselho Fiscal. Trata-se de uma Cooperativa que atua no mercado para gerar benefícios aos seus cooperados, mas sempre obedecendo a legislação tributária ligada ao cooperativismo. Quanto às dificuldades, embora a Cooperanção esteja demonstrando desenvolvimento ao longo dos anos, ainda há desafios a serem vencidos e melhorias a serem feitas. Muitos destes desafios já foram identificados pela Cooperativa. Alguns já estão caminhando para possíveis soluções, enquanto outros ainda são questões a serem estudadas. Uma das maiores dificuldades apontada pelos cooperados é a dificuldade na comercialização de materiais específicos como, por exemplo, o já citado plástico da carcaça de monitores, televisores, impressoras e teclado, o chamado plástico PS, PCS e ABS. A busca por compradores é feita constantemente, porém com pouco sucesso.

No primeiro ano de trabalho com sucatas eletrônicas, em razão do acordo com a Nova Fênix, já mostrado anteriormente, a empresa foi obrigada a comprar esse material, mas, após o fim do contrato, a empresa se recusou a continuar comprando esse tipo de sucata, começando, assim, a problemática com tal material. Uma outra venda deste material até foi realizada, por meio da Coopercentral, uma cooperativa de segundo grau, da qual a Cooperanção faz parte. A ideia da Coopercentral é a união das cooperativas para a comercialização dos materiais, buscando melhores preços por meio da venda direta para a indústria em maior quantidade e do beneficiamento dos materiais. Porém, a venda para a Coopercentral foi realizada apenas uma única vez, pois a mesma tem encontrado dificuldades em seu funcionamento.

Além desse material, tem-se ainda o caso dos tubos de televisores e monitores, que também não são comercializados facilmente. Para solucionar a questão desses dois tipos de materiais, os cooperados apontam duas possíveis alternativas. Na primeira, a cooperativa se organizaria para a comercialização, por meio do melhoramento do espaço para a estocagem desse material, a fim de possibilitar uma grande venda quando chegasse a uma determinada quantidade. Porém isso ocuparia um precioso espaço da cooperativa e necessitaria de investimentos em máquinas e equipamentos que agregassem valor a esses materiais, seja a máquina de abertura dos tubos, seja a de moer o plástico OS. O problema é que isto teria um custo muito elevado para a Cooperativa, capital de que não dispõe no momento.

A segunda solução seria por meio da Coopercentral, pois, com essa organização, as cooperativas venderiam, em conjunto, para a indústria, ou, até mesmo, poderiam adquirir os equipamentos necessários para beneficiar materiais e agregar valor a estes produtos. Por esse meio, seria possível superar o outro desafio que é a negociação com atravessadores, pois vendendo diretamente para a indústria, as cooperativas conseguiriam um preço melhor. Porém, para que essa solução funcione, são necessários participação e empenho das cooperativas e órgãos envolvidos, para que a Coopercentral possa funcionar de fato como uma Cooperativa Central.

Outro desafio da Cooperança é adquirir seu próprio veículo para coleta, gerando maior autonomia e segurança para o grupo. Como sugestão para que isso aconteça, propõe-se a possibilidade da criação de um fundo, no qual mensalmente seria depositado um dinheiro destinado à compra do veículo. Além desta, outra solução é ficar atento a projetos, editais e premiações, dos quais a Cooperativa possa participar e obter recursos para a aquisição em questão.

A fim de aumentar a arrecadação de materiais para a Cooperativa, é sabido que as campanhas realizadas pela Prefeitura causam bons resultados, porém não ocorrem há muito tempo. Para maior autonomia da Cooperança, seria interessante que o grupo, com o apoio de seus parceiros, pudesse criar frequentes campanhas de arrecadação e conscientização na região, por meio de panfletos, propagandas em rádio e divulgação pela *Internet*, promovendo assim a Cooperança. Estas campanhas podem ser feitas juntamente com outras cooperativas da região, reunindo forças por um objetivo comum.

3 Conclusões

A Economia solidária e seus empreendimentos vêm crescendo no mundo e no Brasil. Trata-se de uma forma de trabalho diferenciada dentro do sistema econômico capitalista, pois não se baseia na exploração da força de trabalho pelo capital, embora faça parte do sistema. Nos empreendimentos solidários, prevalecem a solidariedade e a reciprocidade, as quais apresentam-se como importantes soluções para a inclusão de grande parte da população excluída no País.

No caso da Cooperança, objeto deste artigo, embora possua apenas 12 cooperados e seja um empreendimento relativamente recente, tem apresentado resultados positivos em relação ao crescimento econômico e social dos cooperados, além de produzir amplos benefícios ao meio ambiente devido à natureza do seu trabalho. Por meio dos dados econômicos apresentados, pode-se observar um aumento na renda dos cooperados e a ultrapassagem do valor do salário mínimo, o que representou uma mudança no quadro da cooperativa. Ou seja, neste quesito, a Cooperança passou de uma cooperativa que não rendia meio salário mínimo aos seus cooperados, para uma cooperativa que tem rendido um salário mínimo e que apresenta forte perspectiva de aumentar esse valor, se alguns dos seus desafios forem vencidos.

Entre os desafios apontados se destacam a aquisição de veículos para transporte dos produtos coletados e, também, para a venda, além de equipamentos para transformação de alguns materiais coletados como PCs e televisores. Outros obstáculos importantes a serem transpostos referem-se à necessidade de ampliação do espaço físico para armazenamento dos produtos coletados e que são mais difíceis de serem comercializados. Observa-se, ainda, que o crescimento apresentado pela cooperativa está diretamente relacionado ao contrato firmado com a Prefeitura do Município de Maringá. Contudo, defende-se, neste artigo, que, embora o vínculo Prefeitura/Cooperativa seja fundamental neste momento, esta dependência deverá ser rompida ao longo do tempo, para que a Cooperativa funcione com mais autonomia.

Por meio dos questionários, pode-se entender a importância da Cooperança para cada cooperado, considerando-se que, por meio dela, estas pessoas encontraram meios de sobrevivência de forma mais digna e solidária. Os resultados da pesquisa, que resultou neste artigo, foram

positivos, provando empiricamente os impactos benéficos da Economia Solidária para a economia, sociedade e o meio ambiente.

Referências

- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Evolução do cooperativismo no Brasil: DENACOOP em ação**. 2006. Disponível em: <agricultura.org.br>. Acesso em: 25 jan 2016.
- BORGES, W.A; NASCIMENTO, A. A; ESCARANTE, A.D. et al. Incubação de empreendimentos econômicos solidários (EES) formados por catadores de materiais recicláveis. **Anais do 32º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS)**. 18 a 20 de agosto de 2014. Disponível em: www.unitrabalho.uem.br. Acesso em 11 nov. 2016.
- BRUE, S. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Thomson, 2005.
- COOPERCANÇÃO. **Arquivos e documentos**. Maringá: Cooperança, 2015.
- CULTI, M. N. **Incubadora universitária de empreendimentos solidários: aspectos conceituais e práxis dos processos de incubação**. Paraná: Caiás, 2011.
- DUARTE, N. **Formação do indivíduo, Consciência e Alienação: o ser humano na psicologia de Leontiev**. *Caderno Cedes*, Campinas, vol. 24, n. 62, 2004.
- FEIJÓ, R. **História do pensamento econômico**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- GAIGER, L. I. A presença política da Economia Solidária. In: GEORGES, I, LEITE, M. de P. **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Anablume, 2009.
- LECHAT, N. M. P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. In: BARCELOS, E. S. et all (Orgs). **Economia Solidária: sistematizando experiências**. Rio Grande do Sul: Unijai, 2010.
- OCB-Organização das Cooperativas Brasileiras. Apresentação Institucional Sistema Cooperativista, 2010. Disponível em: www.ocb.org.br. Acesso em: 26 jan 2016.
- RODRIGUES, F. L.; CAVINATTO, V. M. **Lixo: de onde vem? Para onde vai?** São Paulo: Moderna, 1997.
- SANDRONI, P. **Dicionário de Administração e Finanças**. São Paulo: Best Seller, 1996.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **O que é Economia**. Brasiliense: São Paulo, 1998.

SINGER, P. Economia Solidária Versus Economia Capitalista. **Soc. Estado (online)**, v. 16, n 1-2, pp.100-112, 2001. Disponível em: www.scielo.br/scileo. Acesso em: 03 jul 2017.